



CÂMARA MUNICIPAL DE ALJEZUR

ACTA N.º 28/03

REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: Sala das Sessões dos Paços do Município

DATA: 09 de Dezembro de 2003

INICIO: às 10.00 horas

ENCERRAMENTO: às 14.30 horas

APROVADA EM: 09 de Dezembro de 2003



A REUNIÃO INICIOU-SE COM A PRESENÇA DE:

PRESIDÊNCIA: José Manuel Velhinho Amarelinho, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Aljezur

VEREADORES PRESENTES:

José Manuel Lucas Gonçalves
José Júlio Jesus Silva Gonçalo
Ana Paula Duarte da Silva Canelas



VERIFICOU-SE A AUSÊNCIA DO SEGUINTE MEMBRO:

Manuel José de Jesus Marreiros



A reunião foi secretariada pelo Chefe de Secção de Expediente Geral, José da Silva Gregório



ABERTURA DA REUNIÃO: Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara, o Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião pelas 10h00m.

❖
DELIBERAÇÕES TOMADAS

A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, INTRODUIR NA ORDEM DO DIA OS SEGUINTESS ASSUNTOS:-----

– MANUEL KECK DE LEMOS PEIXOTO E ANA CRISTINA DUARTE FIÚZA – PEDIDO DE PARECER À CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE-----

FALTAS JUSTIFICADAS: – A Câmara tendo conhecimento que o Senhor Presidente, Manuel José de Jesus Marreiros, não pode estar presente na reunião por se encontrar de férias, deliberou por unanimidade, considerar justificada a sua falta.-----

ACTA DA PRESENTE REUNIÃO: – Por proposta do Senhor Vice-Presidente, a Câmara deliberou, por unanimidade, que a Acta da presente reunião fosse aprovada no final, em minuta.-----

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

PONTO Um – INFORMAÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA: – Os restantes membros do Executivo foram informados da relação de projectos de construção (obras particulares) aprovados pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara e que a seguir se descrevem: -
RELAÇÃO DOS PROJECTOS DE OBRAS PARTICULARES APROVADOS PELO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA-----

– MANUEL JORGE FERREIRA DE SOUSA SAMPAIO GARRIDO – Construção de habitação – Urbanização do Vale da Telha – Sector A – Lote vinte e um – Aljezur-----

PELO SENHOR VEREADOR JÚLIO GONÇALO FORAM COLOCADAS AS SEGUINTESS QUESTÕES:-----

– O Senhor Vereador Júlio Gonçalo questionou o Senhor Vice-Presidente sobre a ausência do Senhor Presidente da Câmara, nas duas semanas anteriores à presente reunião de Câmara, onde havia estado e em que condições.-----

– O Senhor Vice-Presidente respondeu que o Senhor Presidente se tinha deslocado em representação do Município, ao Congresso da APAVT – Associação Portuguesa de Agências de Viagem e Turismo, que se realizou no Brasil.-----

– O Senhor Vereador Júlio Gonçalo referiu ainda que pretendia ter conhecimento do valor total das despesas efectuadas com a referida deslocação.-----

– O Senhor Vice-Presidente disse que de momento não dispunha desses valores e que essa informação seria dada na próxima reunião do Executivo.-----

II – ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PONTO Um – APROVAÇÃO DAS ACTAS DAS REUNIÕES ANTERIORES: – Depois de terem sido lidas, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a acta da reunião ordinária realizada no dia vinte e cinco de Novembro de dois mil e três e, a acta da reunião extraordinária realizada no dia cinco de Dezembro de dois mil e três.-----

PONTO Dois – LEGISLAÇÃO: – Foi apresentada a seguinte legislação, da qual a Câmara tomou conhecimento:-----

DECRETO-LEI número duzentos e oitenta e sete barra dois mil e três, do Ministério das Finanças publicado na Primeira Série A, do Diário da República número duzentos e sessenta e dois, de doze de Novembro, que aprova o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e o Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, altera o Código do Imposto do Selo, altera o Estatuto dos Benefícios Fiscais e os Códigos do IRS e do IRC e revoga o Código da Contribuição Predial e do Imposto sobre a Indústria Agrícola, o Código da Contribuição Autárquica e o Código do Imposto Municipal de Sisa e do Imposto sobre as Sucessões e Doações.-----

JURISPRUDÊNCIA número um barra dois mil e três, do Supremo Tribunal de Justiça, publicada na Primeira Série A, do Diário da República número duzentos e sessenta e dois, de doze de Novembro, sobre situação de despedimento de trabalhadores (individual ou colectivamente).-----

PORTARIA número mil duzentos e noventa e nove barra dois mil e três, dos Ministérios das Finanças e da Segurança Social e do Trabalho, publicada na Primeira Série B, do Diário da República número duzentos e sessenta e nove, de vinte de Novembro, que fixa os montantes das prestações por encargos familiares do subsistema de protecção familiar.-----

DESPACHO número vinte e dois mil seiscentos e quarenta e sete barra dois mil e três, do Ministério da Segurança Social e do Trabalho – Gabinete do Secretário de Estado do Trabalho, publicado na Segunda Série, do Diário da República número duzentos e sessenta e nove, de

vinte de Novembro, sobre o combate aos acidentes de trabalho e a prevenção das doenças profissionais, que constituem medidas prioritárias do Governo. -----

DECRETO-LEI número duzentos e noventa e oito barra dois mil e três, do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação, publicado na Primeira Série A, do Diário da República número duzentos e setenta, de vinte e um de Novembro, que permite o acesso à profissão de motorista de táxi em condições excepcionais.-----

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS número cento e oitenta e quatro barra dois mil e três, da Presidência do Conselho de Ministros, publicada na Primeira Série B, do Diário da República número duzentos e setenta e três, de vinte e cinco de Novembro, que aprova o II Plano Nacional para a Igualdade.-----

PONTO TRÊS – FINANÇAS MUNICIPAIS-----

PONTO TRÊS PONTO UM – RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA: – Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria do dia cinco de Dezembro de dois mil e três do qual a Câmara tomou conhecimento e que, apresentava em Operações Orçamentais um saldo de cento e cinquenta e nove mil oitocentos e um euros e sessenta cêntimos e, em Operações não Orçamentais um saldo de quatrocentos e vinte e seis mil setecentos e cinquenta e oito euros e noventa e seis cêntimos. -----

PONTO TRÊS PONTO DOIS – DÉCIMA SÉTIMA MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO PARA DOIS MIL E TRÊS E DÉCIMA MODIFICAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO – PPI E AMR: – A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a décima sétima Modificação ao Orçamento e décima Modificação às Grandes Opções do Plano – PPI e AMR para o ano dois mil e três, cujos documentos se encontram arquivados em pasta própria. -----

PONTO TRÊS PONTO TRÊS – IMPOSTO MUNICIPAL DE SISA: – A Câmara analisou os conhecimentos de Sisas cobradas pelo Serviço de Finanças de Aljezur, durante o mês de Julho de dois mil e três, que abaixo se indicam: -----

Nos termos do número cinco, do artigo cento e setenta e seis, do Código do Imposto Municipal de Sisa e do Imposto sobre as Sucessões e Doações, aprovado pelo Decreto-Lei número quarenta e um mil novecentos e sessenta e nove, de vinte e quatro de Novembro de mil novecentos e cinquenta e oito, com as alterações introduzidas pela Lei número trinta e dois – B, de trinta de Dezembro de dois mil e dois, a Câmara deliberou, por unanimidade, comunicar ao Serviço de Finanças de Aljezur que pretende exercer o direito de preferência na transação dos prédios, com os Conhecimentos de Sisa abaixo indicados, caso não seja efectuada a liquidação adicional da sisa:-----

– Prédio inscrito na matriz predial urbana, sob o artigo 3518, da freguesia de Aljezur, sito em Urbanização do Vale da Telha – Sector D – Lote 27, a que corresponde o conhecimento de sisa número 1023/241/2003; -----

MAIS FOI DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, COMUNICAR AO SERVIÇO DE FINANÇAS DE ALJEZUR QUE ESTA AUTARQUIA NÃO PRETENDE EXERCER O DIREITO DE PREFERÊNCIA NA TRANSAÇÃO DOS PRÉDIOS, COM OS CONHECIMENTOS DE SISA ABAIXO INDICADOS:-----

– Conhecimento de sisa número 1023/265/2003; -----

– Conhecimento de sisa número 1023/282/2003; -----

RELATIVAMENTE AO PRESENTE ASSUNTO, A CÂMARA DELIBEROU AINDA COMO A SEGUIR SE INDICA:-

– Conhecimento de sisa número 1023/277/2003 – que corresponde à liquidação adicional à sisa número 138/822/2003, de vinte e quatro de Junho do corrente ano.-----

Tendo o comprador liquidado uma sisa adicional, a Câmara deliberou, por unanimidade, renunciar ao interesse anteriormente manifestado em exercer o direito de preferência sobre o prédio em causa. -----

Mais foi deliberado, por unanimidade, dar conhecimento da presente deliberação ao Serviço Local de Finanças de Aljezur, assim como ao interessado. -----

– Conhecimento de sisa número 1023/287/2003 – que corresponde à liquidação adicional à sisa número 1023/170, de vinte e dois de Julho do corrente ano. -----

Tendo o comprador liquidado uma sisa adicional, a Câmara deliberou, por unanimidade, renunciar ao interesse anteriormente manifestado em exercer o direito de preferência sobre o prédio em causa. -----

Mais foi deliberado, por unanimidade, dar conhecimento da presente deliberação ao Serviço Local de Finanças de Aljezur, assim como ao interessado. -----

PONTO QUATRO – CORRESPONDÊNCIA: – Foi presente a correspondência a seguir discriminada, da qual a Câmara tomou conhecimento e deliberou como a seguir se indica: -----

FRIEDRICH GERMAN: – Foi presente a carta em que Friedrich German, na sequência da deliberação desta Câmara Municipal, tomada em reunião de vinte e dois de Julho do corrente ano, vem prestar esclarecimentos acerca do valor liquidado, relativamente ao Imposto Municipal de Sisa, pela aquisição de um prédio urbano, inscrito na matriz predial urbana sob os artigos número mil oitocentos e sessenta e quatro e número quatro mil quinhentos e vinte e oito, a que corresponde o conhecimento de sisa número 111/688/2003; -----

Face à exposição apresentada pelo requerente, a Câmara deliberou, por unanimidade, revogar a deliberação anterior que propunha o exercício do direito de preferência, em relação ao prédio a que a mesma se refere. -----

Mais foi deliberado, por unanimidade, dar conhecimento da presente deliberação ao Serviço Local de Finanças de Aljezur, assim como ao interessado. -----

HELENA FURTADO GLÓRIA: – Foi presente a carta em que Helena Furtado Glória, na qualidade de representante de Ian Johnson e sequência da deliberação desta Câmara Municipal, tomada em reunião de oito de Julho do corrente ano, envia o Conhecimento de sisa número 1023/284/2003, correspondente à liquidação adicional à sisa número 097/583/2003, de catorze de Maio. -----

Tendo o comprador liquidado uma sisa adicional, a Câmara deliberou, por unanimidade, renunciar ao interesse anteriormente manifestado em exercer o direito de preferência sobre o prédio em causa. -----

Mais foi deliberado, por unanimidade, dar conhecimento da presente deliberação ao Serviço Local de Finanças de Aljezur, assim como ao interessado. -----

CONDOLÊNCIAS PELO FALECIMENTO DO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, DOUTOR ARMANDO ALVES NOBRE DIAS MENDES: – Foram presentes a correspondência a seguir discriminada, enviando as Condolências pelo falecimento do Presidente da Assembleia Municipal de Aljezur, Doutor Armando Alves Nobre Dias Mendes: ---

- Fax datado de catorze de Novembro do corrente ano, da Câmara Municipal de S. Brás de Alportel; -----
- Fax datado de vinte de Novembro do corrente ano, do Gabinete do Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente; -----
- Ofício datado de dezassete de Novembro do corrente ano, do Gabinete do Primeiro Ministro; -
- Ofício datado de dezassete de Novembro do corrente ano, do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata; -----
- Telegrama de José Fernandes Estevans, Presidente da Câmara Municipal de Castro Marim; -
- Telegrama de Fernando Ruas, Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses; -----
- Telegrama de Artur Trindade, Secretário Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses; -----
- Ofício datado de vinte de Novembro do corrente ano, dos Bombeiros Voluntários de Aljezur. --

A Câmara deliberou, por unanimidade, agradecer a correspondência enviada e da mesma dar conhecimento à família do Doutor Armando Alves Nobre Mendes. -----

SAÍDA DA SENHORA VEREADORA ANA PAULA CANELAS: – A Senhora Vereadora Ana Paula Canelas ausentou-se da sala, não fazendo parte da discussão do presente assunto, pelo facto de pertencer à Direcção da Casa da Criança do Rogil. -----

CASA DA CRIANÇA DO ROGIL: – Foi presente o ofício número sessenta e três barra dois mil e três, datado de vinte e quatro de Novembro, enviando dados referente a diversas viaturas, tendo em vista a possível atribuição de subsídio, por parte desta Autarquia, destinado à aquisição de uma viatura para a Instituição. -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, transferir uma verba no montante de vinte e oito mil novecentos e dez euros, destinada à aquisição de uma viatura para a Casa da Criança do Rogil. -----

ENTRADA DA SENHORA VEREADORA ANA PAULA CANELAS: – A Senhora Vereadora Ana Paula Canelas regressou à sala, passando de imediato a fazer parte dos trabalhos da reunião. -

STAL – SINDICATO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL: – Foi presente o fax número quinhentos e cinquenta e oito barra dois mil e três, datado de vinte e

oito de Novembro, enviando constituição da mesa de voto para as eleições regionais daquele sindicato. -----

Tomado conhecimento.-----

STAL – SINDICATO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL: – Foi presente o ofício número quatrocentos e oitenta e seis barra dois mil e três, datado de vinte e quatro de Outubro, informando que foi nomeado para delegado sindical, o funcionário desta Autarquia, Jorge Manuel Pacheco.-----

Tomado conhecimento.-----

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES: – Foi presente o ofício número dois mil quatrocentos e dois, datado de seis de Novembro do corrente ano, enviando cheque no montante de quinze mil novecentos e cinquenta e oito euros, destinado ao apoio às vítimas dos incêndios ocorridos no último Verão.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, que a verba no montante de quinze mil novecentos e cinquenta e oito euros, atribuído à Autarquia pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, no âmbito das várias campanhas de solidariedade desenvolvidas por diversas Instituições, destinar-se-á, em partes iguais, para apoio à reconstrução de duas habitações propriedade do Senhor Michael Strauss e Peter Bohr, ambas localizadas em Monte Novo, freguesia e Concelho de Aljezur, mediante a apresentação de documentos comprovativos e que tenham a ver com todo o processo de reconstrução das referidas habitações.-----

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES: – Foi presente a circular número cento e cinquenta e oito barra dois mil e três, datada de vinte e um de Novembro, enviando deliberação do Conselho Directivo daquela associação relativa ao relacionamento com a PORTUGAL TELECOM.-----

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, solidarizar-se com a posição da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Todavia, o Senhor Vereador Júlio Gonçalo considera que algumas das propostas constante no documento são demasiado “drásticas” e deverão ser alvo de diálogo e acerto prévio.-----

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES: – Foi presente a circular número cento e cinquenta e oito barra dois mil e três, datada de vinte e um de Novembro, enviando notas sobre a Reforma da Tributação do Património.-----

Face à comunicação da Associação Nacional de Municípios Portugueses, acerca da Reforma da Tributação do Património (Imposto Municipal sobre Imóveis) e de acordo com o previsto no Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, no seu artigo cento e doze, a Câmara deliberou, por unanimidade, como a seguir se indica:-----

– Fixação de zero vírgula seis por cento – Para os prédios urbanos a que se refere a alínea b) do artigo cento e doze;-----

– Fixação de zero vírgula três por cento – Para os prédios urbanos a que se refere a alínea c) do artigo cento e doze;-----

– Fixar uma redução de vinte por cento da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto a aplicar aos prédios urbanos arrendados, no âmbito do número seis do artigo acima referido;-----

– Majorar em trinta por cento, a taxa aplicada a todos os prédios urbanos degradados do Concelho, no âmbito do número sete do já referido artigo.-----

Mais foi deliberado, por unanimidade, remeter o presente assunto à Assembleia Municipal para aprovação.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO MARIM: – Foi presente o ofício número dez mil setecentos e quarenta e oito, datado de vinte e quatro de Novembro do corrente ano.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, retirar o presente assunto da Ordem de Trabalhos.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALJEZUR: – Foi presente o ofício número cinquenta e três, datado de vinte e quatro de Novembro do corrente ano, informando que na sessão extraordinária realizada no passado dia vinte e um de Novembro, foi aprovada a alteração ao Regulamento Municipal dos Cemitérios Municipais.-----

Tomado conhecimento.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALJEZUR: – Foi presente o ofício número cinquenta e quatro, datado de vinte e quatro de Novembro do corrente ano, informando que na sessão extraordinária realizada no passado dia vinte e um de Novembro, foi aprovada a alteração ao Regulamento Municipal de Publicidade.-----

Tomado conhecimento.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALJEZUR: – Foi presente o ofício número cinquenta e cinco, datado de vinte e quatro de Novembro do corrente ano, informando que na sessão extraordinária realizada no passado dia vinte e um de Novembro, foi aprovado o Regulamento sobre licenciamentos das actividades diversas, previstas no Decreto-Lei 310702, de 18 de Dezembro – transferência para as Câmaras Municipais de competências dos Governos Civis Tomado conhecimento.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALJEZUR: – Foi presente o ofício número cinquenta e seis, datado de vinte e quatro de Novembro do corrente ano, informando que na sessão extraordinária realizada no passado dia vinte e um de Novembro, foi aprovada a alteração ao Regulamento, Organigrama e Quadro de Pessoal da Câmara Municipal.----- Tomado conhecimento.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALJEZUR: – Foi presente o ofício número cinquenta e dois, datado de vinte e quatro de Novembro do corrente ano, informando que na sessão extraordinária realizada no passado dia vinte e um de Novembro, foi aprovada a Primeira Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos.----- Tomado conhecimento.-----

JUNTA DE FREGUESIA DE ODECEIXE: – Foi presente o ofício número duzentos e quarenta e um barra dois mil e três, datado de quatro de Dezembro, solicitando a transferência de uma verba no montante de dezassete mil euros, destinada a fazer face ao pagamento de diversas obras levadas a cabo em Odeceixe.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, proceder à transferência da verba solicitada, no montante de dezassete mil euros.-----

ANAFRE – DELEGAÇÃO DISTRITAL DE FARO: – Foi presente o mail datado de dezanove de Novembro do corrente ano, enviando cópia da Moção aprovada pelo Conselho Geral daquela Associação, relativamente ao Protocolo celebrado entre a ANAFRE e os CTT.----- Tomado conhecimento.-----

FCCN – FUNDAÇÃO PARA A COMPUTAÇÃO CIENTÍFICA NACIONAL: – Foi presente o ofício número mil quinhentos e oitenta e um barra dois mil e três, datado de vinte e sete de Outubro, enviando minuta de contrato para doação à Câmara Municipal de três routers, a serem utilizados no âmbito da ligação das escolas do Concelho à Internet.-----

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aceitar a doação de três routers, a serem utilizados no âmbito da ligação das escolas do Concelho à Internet.-----

ALGAR – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, SA: – Foi presente o ofício número cinco mil duzentos e noventa e oito barra dois mil e três, datado de catorze de Novembro, enviando cópia da carta enviada ao Presente do Conselho de Administração da Associação de Municípios do Algarve, referente à tarifa de resíduos sólidos e urbanos para dois mil e quatro.-----

Tomado conhecimento.-----

APAV – APOIO À VÍTIMA: – Foi presente o ofício datado de vinte e um de Outubro do corrente ano, solicitando um apoio financeiro, no montante de mil setecentos e cinquenta euros, destinado a apoiar a manutenção do Gabinete de Apoio à Vítima de Portimão.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, comunicar que não lhe é possível atribuir o subsídio solicitado por indisponibilidade financeira.-----

GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS: – Foi presente a carta datada de vinte e oito de Outubro do corrente ano, enviando cópia da intervenção do Senhor Deputado Bruno Dias, durante o debate sobre o “Regime Jurídico das Comunicações Electrónicas”.-----

Tomado conhecimento.-----

III – EDUCAÇÃO

PONTO Um – JÚLIO VITORINO MENDES ASCENSÃO: – Foi presente o requerimento datado de doze de Novembro do corrente ano, em que Júlio Vitorino Mendes Ascensão, solicita lhe seja renovado o subsídio de estudo para o ano lectivo de dois mil e três dois mil e quatro.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir para o ano lectivo de dois mil e três dois mil e quatro, um subsídio de estudo, no valor de cento e vinte e dois euros e cinquenta cêntimos, por mês, durante dez meses.-----

Assim, no âmbito da deliberação de catorze de Outubro do corrente ano e, verificando-se que o valor total do equipamento informático (dois mil setecentos e setenta e três euros e oitenta e

nove cêntimos) excede a totalidade do subsídio de estudo, a Câmara deliberou, por unanimidade, que o aluno não terá, para o presente ano lectivo, direito à atribuição de qualquer mensalidade e que eventuais subsídios que venham a ser concedidos ao aluno em próximos anos lectivos, serão igualmente descontados até perfazer o valor total da aquisição do referido equipamento. -----

PONTO DOIS – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO CONCELHO DE ALJEZUR: – Foi presente o ofício número mil setecentos e vinte e seis, datado de vinte e sete de Novembro do corrente ano, solicitando a habitual verba destinada a apoiar a aquisição de algum material escolar de uso corrente, por parte dos Jardins de Infância e das Escolas Básicas do Primeiro Ciclo do Concelho. -----

Tendo em conta as necessidades sentidas nas Escolas do Primeiro Ciclo do Ensino Básico, Jardins de Infância e Educação Pré-Escolar Itinerante do Concelho e com o fim de suprir algumas dessas necessidades, a Câmara deliberou, por unanimidade, conceder no ano lectivo dois mil e três – dois mil e quatro, um subsídio no valor de doze euros e cinquenta cêntimos, por cada aluno das Escolas do Primeiro Ciclo do Ensino Básico, Jardins de Infância e Educação Pré-Escolar Itinerante, num total de trezentos e onze alunos, devendo a referida importância ser transferida para o Agrupamento de Escolas do Concelho de Aljezur. -----

PONTO TRÊS – DIRECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO ALGARVE: – Foi presente o ofício número quatrocentos e dezasseis, datado de catorze de Novembro do corrente ano, enviando o agradecimento, por parte do Director Regional, Engenheiro Libório Correia, pelo voto de louvor aprovado por esta Autarquia. -----

Tomado conhecimento. -----

IV – HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

PONTO UM – FLORIVAL MARIA LUZIO DIAS E ANABELA DE BRITO FERNANDES CORREIA:

– Foi presente o requerimento datado de vinte e oito de Novembro do corrente ano, em que Florival Maria Luzio Dias e Anabela de Brito Fernandes Correia, vem solicitar lhes seja emitida uma declaração, para complemento de processo de pedido de empréstimo, onde conste que os direitos do Banco BPI se sobrepõem ao direito de reversão da Câmara Municipal. -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, mandar emitir a declaração solicitada. -----

PONTO DOIS – IMOZUR – COMPANHIA IMOBILIÁRIA, LDA.: – Foi presente a carta datada de vinte e seis de Novembro do corrente ano, em que solicitam informação acerca do interesse da Câmara Municipal, na aquisição do Bloco D, sito na Barrada – Igreja Nova. -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, comunicar à Imozur que continua interessada na aquisição dos sete apartamentos correspondentes ao Bloco D. Todavia, por questões legais e processuais, esta Autarquia não poderá avançar com qualquer tipo de adiantamento como é solicitado. -----

O Senhor Vereador Júlio Gonçalo solicitou que aquando da emissão das licenças de habitação dos Blocos D e E, não seja prescindido a execução de uma vistoria da Comissão de Vistorias da Câmara Municipal. -----

V – OBRAS PARTICULARES

PONTO UM – MARIA DE JESUS CONCEIÇÃO MAMEDE NOBRE – PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA PARA RECONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO EM PRAIA DA ARRIFANA – ALJEZUR:

– Foi presente o requerimento em que Maria de Jesus Conceição Mamede Nobre, residente em Praia da Arrifana, na qualidade de proprietária de um prédio urbano sito em Praia da Arrifana, freguesia e Concelho de Aljezur, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número dois mil quatrocentos e quarenta e oito, da freguesia de Aljezur, vem nos termos do Decreto-Lei número cento e setenta e sete barra dois mil e um, de quatro de Junho, solicitar informação prévia quanto à viabilidade de reconstrução de uma moradia no local acima identificado. -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, manifestar a intenção de indeferir a pretensão da requerente, com base no parecer constante nas informações número trezentos e trinta e cinco – AJZ barra zero três, do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina e número quinhentos e noventa e um barra zero três, da Divisão de Urbanismo e Habitação, respectivamente. -----

Mais foi deliberado, por unanimidade, comunicar à requerente que poderá pronunciar-se, por escrito, no prazo de trinta dias, nos termos do artigo cento e um do Código do Procedimento Administrativo. -----

PONTO DOIS – MARIA SALOMÉ ÁLVARES – PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA PARA EDIFICAÇÃO EM HORTAS DO RIO – CARRAPATEIRA – BORDEIRA: – Foi presente o requerimento em que Maria Salomé Álvares, na qualidade de proprietária de um prédio urbano sito em Hortas do Rio – Carrapateira, freguesia de Bordeira e Concelho de Aljezur, vem nos termos do Decreto-Lei número cento e setenta e sete barra dois mil e um, de quatro de Junho, solicitar informação prévia quanto à viabilidade de edificação no local acima identificado. -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, comunicar à requerente o teor das informações número trezentos e trinta e dois – AJZ barra zero três, do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina e número quinhentos e noventa e três barra zero três, da Divisão de Urbanismo e Habitação, respectivamente, a fim de proceder em conformidade com as mesmas.

PONTO TRÊS – ANTÓNIO JOSÉ NUNES MATIAS – PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA PARA RECONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO EM SERRANITO – ALJEZUR: – Foi presente o requerimento em que António José Nunes Matias, residente em Aljezur, na qualidade de proprietário de um prédio urbano sito em Serranito, freguesia e Concelho de Aljezur, vem nos termos do Decreto-Lei número cento e setenta e sete barra dois mil e um, de quatro de Junho, solicitar informação prévia quanto à viabilidade de reconstrução de uma ruína de uma habitação no local acima identificado. -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, manifestar a intenção de indeferir a pretensão do requerente, com base no parecer constante nas informações número trezentos e quarenta e cinco – AJZ barra zero três, do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina e número quinhentos e sessenta e um barra zero três, da Divisão de Urbanismo e Habitação, respectivamente. -----

Mais foi deliberado, por unanimidade, comunicar ao requerente que poderá pronunciar-se, por escrito, no prazo de trinta dias, nos termos do artigo cento e um do Código do Procedimento Administrativo. -----

PONTO QUATRO – CÉSAR JOSÉ DOS RAMOS CABRITA – PEDIDO DE INFORMAÇÃO SOBRE CONSTRUÇÃO DE ARMAZÉM AGRÍCOLA EM VAGA – CARRAPATEIRA – BORDEIRA: – Foi presente o requerimento em que César José dos Ramos Cabrita, residente em Carrapateira, na qualidade de proprietário, vem nos termos do Decreto-Lei número cento e setenta e sete barra dois mil e um, de quatro de Junho, solicitar informação prévia quanto à viabilidade de construção de armazém agrícola de apoio à vinha, sito em Vaga – Carrapateira, freguesia de Bordeira e Concelho de Aljezur. -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, comunicar ao requerente o teor constante nas informações número trezentos e vinte e três – AJZ barra zero três, do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina e número quinhentos e setenta e seis barra zero três, da Divisão de Urbanismo e Habitação, respectivamente, a fim de proceder em conformidade com as mesmas. -----

PONTO CINCO – SAGRIMO – SOCIEDADE AGRÍCOLA E IMOBILIÁRIA, LDA. – CANCELAMENTO DE HIPOTECA DO LOTE NÚMERO VINTE E DOIS E DESONERAÇÃO DO LOTE NÚMERO CATORZE, DO LOTEAMENTO CERCA DO MOINHO – CARRAPATEIRA: – Foi presente o requerimento em que Sagrimo – Sociedade Agrícola e Imobiliária, Lda, na qualidade de proprietária do Loteamento Cerca do Moinho, sito em Carrapateira, solicita o cancelamento da hipoteca do Lote número catorze (a que corresponde o artigo mil trezentos e dezassete, da Bordeira) mediante a entrega de dez mil euros, em dinheiro, a título de caução. -- Face à informação número sessenta e seis barra dois mil e três, do Director do Departamento Técnico de Obras e Urbanismo, a Câmara deliberou, por unanimidade, informar a Sagrimo – Sociedade Agrícola e Imobiliária, Lda que aceita o cancelamento da hipoteca do lote número catorze mediante a entrega de vinte mil euros, em dinheiro, a título de caução e não o valor de dez mil euros como era proposta pela requerente. -----

VI – ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

PONTO UM – MARIA LUÍSA DE NOVAIS BATISTA – PEDIDO DE PARECER SOBRE ARBORIZAÇÃO, COM PINHEIRO BRAVO, NOS PRÉDIOS RÚSTICOS, SITOS NA FREGUESIA DE ODECEIXE: – Foi presente o requerimento em que Maria Luísa de Novais Batista, na qualidade de proprietária dos prédios rústicos, inscritos na matriz predial rústica sob os artigos dezoito, dezanove, vinte, vinte e dois e quarenta e cinco, das Secções O e O Um, sitos na freguesia de Odeceixe, pretendendo proceder à arborização com pinheiro bravo nos referidos prédios rústicos, solicita que lhe seja emitido parecer sobre o enquadramento da

referida propriedade, nos instrumentos de ordenamento, nomeadamente quanto à classe de espaços constantes no Plano Director Municipal e do Plano Municipal de Intervenção da Floresta, para apresentação de Projecto de Investimento no âmbito do Programa Comunitário RURIS.-----

Face ao parecer técnico, a Câmara deliberou, por unanimidade, deferir a pretensão da requerente, salvaguardando ainda que a referida arborização deverá respeitar uma faixa de cinco metros livres de cada lado do caminho.-----

ASSUNTOS INTRODUZIDOS NA ORDEM DO DIA

Ponto Um – MANUEL KECK DE LEMOS PEIXOTO E ANA CRISTINA DUARTE FIÚZA – PEDIDO DE PARECER À CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE: – Foi presente o requerimento em que Manuel Keck de Lemos Peixoto e Ana Cristina Duarte Fiúza, na qualidade de promitentes compradores em comum e partes iguais, do prédio urbano sito em Pêro Negro, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo número quarenta e oito, da Secção AF, da freguesia e concelho de Aljezur, vêm nos termos do artigo cinquenta e quatro, da Lei número sessenta e quatro barra dois mil e três, da vinte e três de Agosto, requerer lhes seja emitido parecer quanto à constituição de compropriedade no prédio atrás identificado.-----

Face à informação número seiscentos barra dois mil e três, da Divisão de Urbanismo e Habitação, a Câmara deliberou, por unanimidade, emitir certidão do parecer favorável relativamente à constituição de compropriedade do referido prédio.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

– Não se verificou qualquer intervenção por parte do público presente.-----

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA: – De acordo com o disposto no nº 3 do Artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, e depois de lida em voz alta na presença de todos, a Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a acta em minuta.-----

VOTAÇÃO: – Todas as votações foram tomadas nominalmente.-----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: – E, não havendo mais assuntos a tratar, pelo Senhor Vice-Presidente foi encerrada a reunião, eram catorze horas e trinta minutos, mandando que, de tudo para constar, se lavrasse a presente Acta que eu, José da Silva Gregório, Chefe de Secção de Expediente Geral, para os devidos efeitos a redigi e subscrevo.-----



O Vice-Presidente,

O Secretário,
